



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Município: MURIAÉ/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
Tópico: Regulação	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	17
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	18
VIII - CONCLUSÃO	18
IX - ANEXOS	19





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CPF/CNPJ: 17.947.581/0001-76

Município/UF: MURIAÉ-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CPF/CNPJ: 17.947.581/0001-76

Município/UF: MURIAÉ/MG

Demandante: Setores Internos da SES

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: Janeiro/2020 a dezembro/2023

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	23/02/2024	29/05/2024
Execução - In loco	03/06/2024	07/06/2024
Relatório	10/06/2024	01/07/2024

Tarefa Nº: 150373

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE

III - INTRODUÇÃO

Fator desencadeante: Demanda encaminhada pela Coordenação de Regulação – URSUBA, por meio do Ofício SES/URSUBA-CREG nº. 7/2023, datado de 01/06/2023, tratando da regulação de pacientes sendo realizada pelos próprios prestadores hospitalares do município, Hospital São Paulo e Casa de Saúde Santa Lúcia.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé a fim de apurar denúncia de irregularidades acerca do processo regulatório de urgência e emergência e eletivo na Casa de Saúde Santa Lúcia e Hospital São Paulo, respectivamente.

Caracterização do Objeto de Auditoria:

Muriaé é município da Macrorregião de Saúde Sudeste, sede da microrregião de Muriaé. Possui população estimada de 104.108 habitantes (estimativa Censo IBGE 2022). Atendeu às cidades referenciadas conforme a PPI-03/2020 a 12/2023 para realização de procedimentos cirúrgicos de Média Complexidade os municípios de Aimorés, Além Paraíba, Alto Caparaó, Antônio Prado de Minas, Araponga, Astolfo Dutra, Barão de Monte Alto, Caiana, Carangola, Caratinga, Chalé, Conceição de Ipanema, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Guidoal, Lajinha, Laranjal, Leopoldina, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Miradouro, Mirai, Muriaé, Mutum, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Bonita, Porto Firme, Alto Jequitibá, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São Sebastião da Vargem Alegre, Simonésia, Taparuba, Vieiras e para Alta Complexidade os municípios de Além Paraíba, Carangola, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Ubá, Viçosa, Divinópolis.

No período auditado, 2020 a 2023, o Hospital São Paulo, CNES 4042085, possuía Contrato com a SES/MG nº 155/2018 e Termos Aditivos, sendo o 5º Termo Aditivo celebrado em julho/2022. O Hospital São Paulo é referência em assistência de alta complexidade em traumatologia, conforme habilitação definida pela Portaria SAS nº 90/2009, possui 9 leitos cirúrgicos de ortopedia/traumatologia, sendo 8 leitos SUS (CNES/2024).

O município de Muriaé assumiu a gestão dos seus prestadores com efeitos financeiros em março/2024, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 4564 de 18/01/2024. A Secretaria Municipal de Saúde celebrou contrato com o Hospital São Paulo, Contrato Administrativo nº 90001/2024 e o 1º Termo Aditivo. A Casa de Saúde Santa Lúcia, CNES 2162377, também visitada nesta atividade de auditoria, teve seu contrato com a EMG/SES/SUS-MG nº 153/2018 expirado em novembro/2023 e não assinou contrato com a SMS, não pertencendo, atualmente, ao rol dos prestadores hospitalares SUS do município.

IV - METODOLOGIA

Fase Analítica:

Solicitação de documentos para o auditado, Secretaria Municipal de Saúde, por meio de peticionamento eletrônico, para inclusão no SEI nº 1320.01.0135163/2023-22.

Análise dos documentos solicitados no Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 242/2024 de 22/04/2024 e encaminhados pela SMS de Muriaé.

Análise dos instrumentos jurídicos formalizados entre a SES e o Hospital São Paulo – Contrato 155/2018 e Aditivos, que têm por objeto a contratação de ações e serviços de saúde que contempla a atenção hospitalar e/ou ambulatorial no âmbito do SUS/MG, onde a SMS atua como interveniente.

Análise dos instrumentos jurídicos formalizados entre a SES e a Casa de Saúde Santa Lúcia – Contrato 153/2018, que tem por objeto a contratação de ações e serviços de saúde que contempla a atenção hospitalar e/ou ambulatorial no âmbito do SUS/MG, onde a SMS atua como interveniente.

Consulta ao SUSFácil referente às internações realizadas no Hospital São Paulo de pacientes da ortopedia, no período auditado (2020 a 2023).

Consulta ao SUSFácil referente à PPI para procedimentos em ortopedia, em Muriaé, no período auditado.

Consulta ao TABNET referente às internações em caráter de atendimento de urgência, no período de junho a dezembro de 2022 na Casa de Saúde Santa Lúcia.

Consulta ao SCNES referente à situação dos médicos autorizadores da SMS frente aos prestadores hospitalares onde atuam como médicos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



assistentes.

Fase operativa:

Reunião de abertura realizada dia 03/06/2024, às 11:00 h, nas dependências da SMS. Participaram da reunião a equipe de auditoras, a Secretária Municipal de Saúde e o Secretário adjunto, o Coordenador de Regulação, Controle e Avaliação, o Auditor Municipal, a Supervisora Hospitalar e a Assessora Jurídica.

Visita no Serviço de Controle e Avaliação da SMS, para apresentação do sistema informatizado, denominado VIVER, utilizado para o gerenciamento da lista de espera em ortopedia.

Termo de Entrevista realizado com a Gestora Srª L.A.A., dia 05/06/2024, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde.

Reunião de encerramento realizada dia 07/06/2024 nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, com a Gestora Srª L.A.A. e o Coordenador da Regulação F.A.O.

Lavratura do Termo de Auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Tópico: Regulação

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688154

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A SMS de Muriaé não realizou a regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares de Muriaé conforme as normas estabelecidas pelo SUS.

Evidência: Foi constatado que a SMS não detinha o controle da regulação de acesso dos usuários aos serviços hospitalares, sendo o próprio prestador responsável pelo gerenciamento e priorização na assistência destes. Na análise realizada em uma amostra de 95 espelhos das AIH eletivas dos procedimentos ortopédicos (Anexo I) realizados no prestador Hospital São Paulo, no período de março/2020 a dezembro/2023, e seus respectivos prontuários, foi verificado que todos os usuários eram originados de municípios pactuados em Muriaé sendo, entretanto, regulados pelo próprio prestador, sem gerência da SMS sobre as autorizações.

Foram apresentados 6 Relatórios de Supervisão Hospitalar na CSSL, do período de junho a dezembro/2022. Em 83,3% destes relatórios, foi identificada ocupação de leitos sem a devida correspondência no mapa de leitos do SUS-Fácil, entretanto, não houve referência à forma de acesso ao atendimento hospitalar (pronto-atendimento da instituição ou transferência). Os Relatórios e Atas de reunião da Comissão de Avaliação de Contratos (CAC) de novembro/2022 e março/2023, que tratam da avaliação do 2º e 3º quadrimestres de 2022, respectivamente, evidenciam necessidade de trabalho de supervisão e auditoria hospitalar para garantia do cumprimento do fluxo de atendimento hospitalar e em relação aos indicadores: Taxa de ocupação de leitos e Tempo Médio de permanência em leitos de clínica médica e cirúrgica, com otimização da interlocução com o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e com hospitais de transição da microrregião de Muriaé. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I Art.5, Art. 8º, § 1º e Art. 10, § 3º; Resolução CIB-SUS/MG nº. 8.340/2022, Art. 11.

Fonte da Evidência: 95 espelhos das AIHs eletivas dos procedimentos ortopédicos realizados no prestador HSP, no período de março/2020 a dezembro/2023

Relatórios de Supervisão Hospitalar no prestador Casa de Saúde Santa Lúcia, de junho a dezembro/2022.

Atas de reunião da CAC, com Relatórios de Avaliação anexos, datadas de 16/11/2022 e 21/03/2023.

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: Por meio do Ofício Nº 397/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 30/10/2024, a SMS/Muriaé junto aos responsáveis Pessoas Físicas se manifestou da seguinte forma: ... Inicialmente, cumpre esclarecer que no período que foi realizada a auditoria no município de Muriaé/MG, a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG não possuía gestão plena e prestadores hospitalares e, na verdade, o contratante era o Estado de Minas Gerais.

Conforme contrato nº 155/2018 firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo, a regulação dos usuários era de total responsabilidade do Estado de Minas Gerais (contratante) e não do Município de Muriaé, que era mero interveniente do referido contrato.

É inclusive o que está estabelecido na Cláusula Quinta, inciso III e Cláusula Oitava, das obrigações da contratante, incisos II, VII, VIII e IX, que dispõe:

"Cláusula Quinta - Na execução do presente instrumento as partes deverão observar as seguintes condições gerais:

Inciso III - O encaminhamento e o atendimento ao usuário serão realizados de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contrarreferência, mediante ciência prévia ao gestor local, respeitando os mecanismos vigentes das centrais de regulação e os regramentos da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), ressalvadas as situações de urgência e emergência.

Cláusula Oitava - Para a consecução o objeto expresso na Cláusula Primeira, competirão, a cada parte, as seguintes obrigações que seguem:

3 - Das obrigações da contratante (Estado de Minas Gerais):

II - Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Contrato, em Nível Central e nas Superintendências /Gerências Regionais de Saúde;

VII - Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde contratados;

VIII - Regular o acesso às ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares da CONTRATADA por meio das Centrais de Regulação e outros fluxos regulatórios pactuados nas instâncias de gestão do SUS e região ampliada de saúde;

IX - Cumprir as regras de alimentação e processamento do Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e da produção das ações e serviços de saúde (SIA e SIHD), além dos demais sistemas de informação estabelecidos pelo gestor no Âmbito da atenção hospitalar e/ou ambulatorial no SUS."

Conforme se depreende do contrato firmado entre Estado de Minas Gerais (contratante) e a Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo (contratado), percebe-se que a responsabilidade de regulação e de alimentação dos sistemas de produção das ações e serviços de saúde era do Estado de Minas Gerais, e não do Município de Muriaé, que por óbvio, não pode ser penalizado por ter estritamente cumprido as cláusulas contida no contrato firmado.

Pode-se citar, ainda, o contido no item II do documento descritivo do contrato nº 155/2018, que não deixa margem para dúvida sobre a responsabilidade de regulação, senão vejamos:

" As atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo CONTRATO (Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo) serão totalmente reguladas pela CONTRATANTE (Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES/MG), a partir da demanda referenciada e/ou espontânea, conforme as normas instituídas pela Política Nacional de Regulação, aprovada por meio de Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017 (Anexo XXVI), assegurando equidade, transparência e priorização de acesso por meio de critérios que avaliem riscos e vulnerabilidades."

Ou seja, o texto supracitado deixa claro que a regulação de todas as atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo contrato no período de vigência do contrato nº 155/2018 era totalmente de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, embasado ainda com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017, que foi utilizada pela equipe de auditoria na missão o relatório preliminar.

Além disso, importante destacar que o Município de Muriaé somente assumiu a gestão plena dos prestadores hospitalares em 01 de março de 2024. Até então, os prestadores hospitalares estavam sob gestão estadual. Nesse sentido, de acordo com o artigo 9º, inciso I, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017, cabe a gestão e gerência da Secretaria de Estado de Saúde regular o acesso às unidades de saúde sob gestão estadual e a referência interestadual, no âmbito do Estado, o que é exatamente que se vislumbra no presente caso.

Ademais, o artigo 11 da Resolução SES/MG nº 8.340/2022 utilizada para relatar suposto desacordo de normas por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG, somente foi publicada em 21 de setembro de 2022. Sendo, assim, a aplicação da referida norma não pode retroagir para prejudicar e impor condições ao auditado, visto que o período de auditoria engloba de março/2020 a dezembro/2023. Sendo assim, nota-se que apenas em setembro/2022 que o Estado de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Mina Gerais estabeleceu de fato diretrizes do Sistema Estadual de Regulação Assistencial, ressaltando que nesta resolução não houve revogação de nenhuma outra norma, o que demonstra que não existia nenhuma norma referente ao tema instituída anteriormente.

Diante disto, considerando os termos o contrato nº 155/2018, o contido m todas as legislações citadas acima e que na fonte de evidência do Relatório de Auditoria nº748 não consta a análise dos contratos firmados com os prestadores hospitalares, podendo citar o princípio conhecido como Pacta Sunt Servanda, que consagra que o contrato, dentro dos limites legais e da ordem pública, vincula as partes às suas disposições, servindo como Lei entre as partes.

Quanto a auditoria realizada na Casa de Saúde Santa Lúcia, com a devida vênia, entendemos que houve um equívoco na interpretação feita pela equipe de auditoria, conforme demonstraremos documentalmente adiante.

Conforme o ofício nº 01/2020 emitido pela própria Casa de Saúde Santa Lúcia, existiam 01 (quatro) leitos de UTI SUS para a admissão de pacientes regulado via SUS-Fácil. Sendo, assim, o contrato nº 153/2018 vigente à época dos fatos era exclusivo para serviços hospitalares, portanto, o prestador hospitalar apenas recebia pacientes provenientes de transferência do SUS-Fácil, onde a regulação é macrorregional e que o Município de Muriaé não tem qualquer poder de ingerência sobre essa regulação, não podendo por tanto, ser alegado que era de competência do município fazer regulação desses pacientes, visto que não existia porta aberta para a Rede de Urgência e Emergência e RUE. Insta salientar, que inclusive o que consta no documento norteador da Rede de Urgência e Emergência - RUE do município de Muriaé/MG do ano de 2021 que segue anexo.

Não obstante, em 28 de dezembro de 2023 foram publicados todos os novos contratos com os prestadores hospitalares conveniados SUS, sendo que a Casa de saúde santa Lúcia não teve o contrato renovado e, por isso, no momento da realização da auditoria, sequer fazia parte da rede pública de saúde do município.

Diante de todo exposto, conclui-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG cumpriu e vem cumprindo com todas as suas atribuições legais, sendo que desde 01 de março de 2024 quando o município assumiu a gestão plenas dos prestadores hospitalares de Muriaé, conforme as normas estabelecidas pelo SUS e nos contratos vigentes, nos quais agora sim o município é o contratante das ações e serviços de saúde, possuindo responsabilidade direta de regulação dos serviços.

Para comprovação do alegado, encaminhamos as cópias dos seguintes documentos: 1) Cópia do contrato nº 153/2018(Casa de Saúde Santa Lúcia e nº 155/2018 (Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo, bem como do documentos descritivos anexos aos contrato); 2) Cópia do ofício nº 01/2020 oriundo a Casa de Saúde Santa Lúcia, relatando que a instituição admitia apenas pacientes via SUS-Fácil; 3) Cópia da Resolução nº 8.340/2022; 4) Cópia do Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência da Microrregião de Muriaé (ano2021) e 5) Cópia da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.564, DE 18 DE JANEIRO DE 2024 que aprovou a partir de 01 de março de 2024.

Por fim, requer-se que sejam acolhidas as justificativas referentes a Constatação nº 688154, para que seja considerada em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas antes da emissão do relatório final.

Análise da Justificativa: O auditado, juntamente com os responsáveis Pessoas Físicas, em todo corpo de sua manifestação eximiu da SMS a responsabilidade da regulação de acesso dos usuários do SUS aos serviços assistenciais, considerando ser de total responsabilidade da SES/MG esta competência, visto que o município ainda não havia assumido a Gestão Plena de seus Prestadores, no período auditado. No entanto, conforme a legislação vigente do SUS, assim como reza o contrato celebrado entre a SES/MG e o estabelecimento de saúde em questão, onde a SMS atua como interveniente, que trata-se de obrigação comum a garantia do acesso, o atendimento e o encaminhamento entre os pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde, de acordo com as regras estabelecidas de referência e contrarreferência, mediante ciência prévia do Gestor local, respeitando as centrais de regulação, ressalvadas as situações de urgência e emergência. Portanto, compete também ao município, em seu âmbito administrativo, por meio do Setor de Controle e Avaliação da SMS, executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde, como explícita a Resolução SES-MG nº 8340/2022, art. 54.

Ressalta-se, ainda, que, conforme Relatório do SCNES, até fevereiro/2023, a Casa de Saúde Santa Lúcia contava com 04 leitos de UTI adulto, 02 leitos de clínica cirúrgica e 02 leitos de clínica médica disponíveis ao SUS, permanecendo cadastrados, até a atualidade, 04 leitos SUS de UTI adulto.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17.947.581/0001-76

Recomendação: Recomenda-se à SMS/Muriaé organizar e estruturar o Setor de Regulação, Controle e Avaliação, assegurando aos usuários do SUS o acesso aos serviços de saúde de forma adequada, garantindo os princípios da equidade e da integralidade; garantir a regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências; assegurar que o encaminhamento e o atendimento aos usuários do SUS seja realizados de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contrarreferência; garantir a regulação de procedimentos eletivos e ambulatoriais; submeter os estabelecimentos contratados às regras de regulação do acesso instituídas pela Secretaria Estadual de Saúde/MG e pela Secretaria Municipal de Saúde conforme pactuação entre os gestores; zelar pela alimentação correta e sistemática dos sistemas de informação e sua utilização para monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde prestados, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Cap. I Art.5, Art. 8º, § 1º e Art. 10, § 3º; Resolução CIB-SUS/MG nº. 8.340/2022, Arts. 11 e 54.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17.947.581/0001-76

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade Constatação Nº: 688155

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A SMS de Muriaé não possui protocolos de regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares de Muriaé conforme as normas estabelecidas pelo SUS.

Evidência: Não foram apresentados Protocolos de Regulação do acesso para todas as linhas de cuidado, contemplando critérios clínicos de classificação de risco e priorização dos casos para acesso a consultas especializadas, exames e cirurgias, com exceção da linha de cuidado da Oncologia e da Rede de Urgência e Emergência.Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Art. 8º, §1º, inciso IV e Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, incisos II e III.

Fonte da Evidência: Protocolo de Regulação de Acesso da Oncologia, Atas de reuniões da Comissão Municipal de Oncologia e registros de capacitação dos profissionais de saúde/2022-2024.
Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência da Microrregião de Muriaé/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício Nº 398/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 30/10/2024, a SMS/Muriaé junto aos responsáveis Pessoas Físicas se manifestou da seguinte forma: ... Inicialmente, ressaltamos que desde que o município de Muriaé/MG assumiu a a gestão plena dos prestadores hospitalares em 01 de março de 2024, a Secretaria Municipal de Saúde estava empenhada na confecção dos documentos referentes aos Protocolos de Regulação de acesso para todas as linhas de cuidado que são ofertadas através dos prestadores hospitalares credenciado no SUS. Vale ressaltar, que na prática os serviços e fluxos dos protocolos de regulação já estavam em funcionamento, restando apenas a confecção e publicação dos documentos estabelecendo oficialmente os Protocolo de Regulação.
De fato, no momento em que a equipe de auditoria compareceu no município de Muriaé/MG entre o período de 03/06/2024 a 07/06/2024, a Secretaria Municipal de saúde estava em fase final de conclusão e revisão dos Protocolos de Regulação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de acesso para todas as linhas de cuidado, motivo pelo qual não foi possível apresentar os referidos documentos à equipe de auditoria da SES/MG.

Porém, no dia 18 de outubro de 2024 a Secretaria Municipal de Saúde publicou no diário oficial as Portarias nº 108/2024, nº 109/2024, nº 110/2024, nº 111/2024, nº 112/2024 e nº 113/2024, estabelecendo e instituindo oficialmente os protocolos clínicos de todas as linhas de cuidados, quais sejam, da cardiologia, dos procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais (cirurgia geral, vascular, proctologia, ginecologia e a traumato ortopedia), do Planejamento Familiar, da oftalmologia e da oncologia. Para comprovação do alegado, encaminhamos as cópias dos seguintes: 1) Cópia das Portarias nº 108/2024, nº 109/2024, nº 110/2024, nº 111/2024, nº 112/2024 e nº 113/2024, bem como dos seus Anexos estabelecendo os protocolos clínicos de todas as linhas de cuidados, quais sejam, da cardiologia, dos procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais (cirurgia geral, vascular, proctologia, ginecologia e a traumato ortopedia), do Planejamento Familiar, da oftalmologia e da oncologia; 2) Cópia da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.564, DE 18 JANEIRO DE 2024 que aprovou a partir de 01 de março de 2024 a gestão plena o prestadores hospitalares ao município de Muriaé.

Por fim, requer-se que sejam acolhidas as justificativas referentes a Constatação nº 688155, para que seja considerada em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas antes da emissão do relatório final.

Análise da Justificativa: Em consulta ao site da Prefeitura de Muriaé - <https://muriae.mg.gov.br/protocolos-clinicos-da-sms/> e ao Diário Oficial dos Municípios Mineiros - <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/> constatou-se que as Portarias nº 108/2024, nº 109/2024, nº 110/2024, nº 111/2024, nº 112/2024 e nº 113/2024 apresentadas, foram publicadas no dia 18/10/2024, Edição 3879, com os seguintes conteúdos:

- Portaria nº 108, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico do Planejamento Familiar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Anexo Fluxograma de aconselhamento familiar: Planejamento Familiar e público em geral, Gestantes e público prioritário.

- Portaria nº 109, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico Cardiológico nas Unidades Básicas de Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Anexo Linha de Cuidados: Linha de Cuidados Cardiologia nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com respectivo fluxograma e considerações relacionadas ao Fluxograma da Cardiologia.

- Portaria Nº 110, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico Cardiológico no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Anexo Fluxo Assistencial para avaliação cardiológica / rede pública e procedimento eletivos: cirúrgicos ou hemodinâmicos

- Portaria nº 111, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico Oftalmológico no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Anexo: Fluxo Assistencial estabelecido.

- Portaria nº 112, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico Oncológico no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Anexo fluxograma de acesso para pacientes residentes de Muriaé e fluxograma de acesso para pacientes não residentes de Muriaé.

- Portaria nº 113, de 15/10/2024 - Estabelece o Protocolo Clínico para Procedimentos Cirúrgicos e Ambulatoriais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Anexo:

Especialidades cirúrgicas: cirurgia geral / vascular / proctologia / ginecologia;

Especialidades: traumato ortopedia;

Especialidades: oftalmologia (catarata e pterígeo)

Fluxo assistencial eletivo: cirurgia (opera já) especialidades - cirurgia geral, ortopedia, proctologia e vascular

Fluxos traumato ortopedia: agendamento de consultas eletivas (controle de fratura / pós-operatório); cirurgias eletivas (2º tempo) e fluxo para as cirurgias eletivas (fila eletiva).

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE

17.947.581/0001-76

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688156

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A SMS de Muriaé não possui fluxo organizado com adoção de protocolos de regulação para atendimento em ortopedia.

Evidência: Foi verificado que no período de março/2020 a junho/2023, a SMS de Muriaé não possuía controle de acesso dos usuários às consultas ambulatoriais e aos procedimentos eletivos de ortopedia no prestador Hospital São Paulo. Foram apresentados documentos (atas de reunião, e-mails) onde ficou constatado que houve intensas discussões com o prestador acerca deste fluxo, porém sem resultado positivo para que a SMS assumisse o fluxo conforme determina a legislação.

Em entrevista registrada com a gestora, L.A.A. a mesma informou que somente a partir de julho/2023 ocorreu a implementação do fluxo e iniciou-se o processo de gerenciamento da linha de cuidado da ortopedia, pela SMS. Foram apresentadas atas de reuniões para elaboração do Fluxo de Ortopedia com participação do coordenador do serviço de ortopedia e traumatologia do Hospital São Paulo, o coordenador do Serviço de Regulação da SMS e a Coordenadora da Linhas de Cuidados, assim como comprovantes de tratativas entre a SMS e o prestador afim de regularizar o fluxo assistencial de ortopedia, conforme as normas do SUS.

Foi realizado visita no Serviço de Controle e Avaliação da SMS, sendo apresentado à equipe de auditoria o sistema informatizado, denominado VIVER, utilizado atualmente para o gerenciamento da lista de espera em ortopedia.

Embora o fluxo esteja atualmente organizado, não foi apresentado o Protocolo de Regulação do acesso em ortopedia, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais a fim de ordenar o fluxo assistencial de forma documental. Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º inciso V, Art. 8º, §1º, inciso IV; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, incisos II e III; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4, subitem 4.1, letras f, g.

Fonte da Evidência: Declaração da Gestora, L.A.A., datada de 05/06/2024, nas dependências da SMS.

Atas de reuniões para elaboração do Fluxo de Ortopedia, período de abril/2022 a abril/2023

Comprovantes de tratativas entre a SMS e o prestador afim de regularizar o fluxo assistencial de ortopedia, período janeiro/2023 a junho/2023.

Visita in loco ao setor de marcação de consulta do SCRA da SMS Muriaé, em 06/06/2024

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício Nº 399/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 30/10/2024, a SMS/Muriaé junto aos responsáveis Pessoas Físicas se manifestou da seguinte forma:... Nesse sentido, importante ressaltar que desde que o município de Muriaé/MG assumiu a a gestão plena dos prestadores hospitalares em 01 de março de 2024, a Secretaria Municipal de Saúde esteve empenhada na confecção dos documentos referentes aos Protocolos de Regulação de acesso para todas as linhas de cuidado que são ofertadas através dos prestadores hospitalares credenciado no SUS, inclusive da linha de cuidado da ortopedia. Vale salientar, que na prática os serviços e fluxos dos protocolos de regulação da ortopedia já estavam em funcionamento, restando apenas a confecção e publicação dos documentos estabelecendo oficialmente os Protocolo de Regulação.

De fato, no momento em que a equipe de auditoria compareceu no município de Muriaé/MG entre o período de 03/06/2024 a 07/06/2024, a Secretaria Municipal de Saúde estava em fase final de conclusão e revisão dos Protocolos de Regulação de acesso para a linha de cuidado da ortopedia, motivo pelo qual não foi possível apresentar o referido documento à equipe de auditoria da SES/MG.

Para comprovação do alegado, encaminhamos as cópias dos seguintes: 1) Cópia das Portaria nº 113/2024, bem como dos seus Anexos estabelecendo os protocolos clínicos para a linha de cuidado da ortopedia; 2) Cópia da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.564, DE 18 JANEIRO DE 2024 que aprovou a partir de 01 de março de 2024 a gestão plena o prestadores hospitalares ao município de Muriaé.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Por fim, requer-se que sejam acolhidas as justificativas referentes a Constatação nº 688156, para que seja considerada em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas antes da emissão do relatório final.

Anexos: DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.564, e 18/01/204;

Cópia das Portaria nº 113 de 15/10/2024.

Análise da Justificativa: Em consulta ao site da Prefeitura de Muriaé- <https://muriae.mg.gov.br/protocolos-clinicos-da-sms/> e ao Diário Oficial dos Municípios Mineiros - <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/> constatou-se que foi publicada a Portaria nº 113/2024, no dia 18/10/2024, Edição 3879, que estabelece o Protocolo Clínico para Procedimentos Cirúrgicos e Ambulatoriais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. O anexo único da norma trata de várias especialidades, incluindo a de traumatologia ortopédia. O protocolo trata dos procedimentos dispensados a pacientes subdivididos da seguinte forma: Pacientes dentro dos critérios pré-operatório (pacientes oriundos do pronto socorro do Hospital São Paulo que necessitam de procedimento cirúrgico com brevidade); Pacientes com critérios de pós-operatório e controle de fratura (pacientes oriundos do pronto socorro do Hospital São Paulo ou do Serviço de Ortopedia, portando formulário de referência, indicando pós operatório ou controle de fratura) e Pacientes eletivos da fila do SUSFácil, com a discriminação das etapas a serem seguidas em cada caso. Constam também o fluxo assistencial eletivo para cirurgia, o fluxo traumatologia ortopédia para agendamento de consultas eletivas e para cirurgias eletivas

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17.947.581/0001-76

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688157

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: A SMS de Muriaé autorizou procedimentos ortopédicos eletivos para o HSP fora do fluxo regulatório formalmente pactuado com o SUS.

Evidência: Foi constatado que a SMS não realizava o controle de acesso dos pacientes eletivos ao serviço de traumatologia ortopédia no HSP até junho/2023, sendo o próprio prestador responsável pelo gerenciamento e priorização no atendimento destes. Conforme declaração da Gestora L.A.A., a regularização desta situação, com a implementação desse controle pela SMS, vem se estabelecendo desde julho de 2023.

De acordo com relatório TABNET/DATASUS, o Hospital São Paulo realizou 95 procedimentos eletivos do grupo 04 - procedimentos cirúrgicos e subgrupo 08 - cirurgia do sistema osteomuscular no período de março/2020 a dezembro/2023. Foi realizada análise dos 95 espelhos das AIHs eletivas dos procedimentos ortopédicos supramencionados (Anexo I) e seus respectivos prontuários, constatando-se que os procedimentos eletivos ocorreram a usuários de municípios devidamente pactuados em Muriaé, porém a regulação dos procedimentos ocorria 100% na instituição e a SMS apenas autorizava os procedimentos eletivos sem o devido gerenciamento do fluxo. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIB-SUS/MG nº. 8.340, de 21/09/2022, Art. 11, Portaria SAS/MS nº 90/ 2009 Art. 13.

Fonte da Evidência: Relatórios da PPI assistencial, <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/de> 03/2020 a 12/2023

Termo de Entrevista com a Gestora L.A.A., registrado em 05/06/2024, nas dependências da SMS.

95 espelhos das AIHs eletivas dos procedimentos ortopédicos realizados no HSP, no período de março/2020 a dezembro/2023.

Relatório TABNET/DATASUS das AIH eletivas aprovadas no período de março/2020 a dezembro/2023



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício Nº 400/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 30/10/2024, a SMS/Muriaé junto aos responsáveis Pessoas Físicas se manifestou da seguinte forma:... Inicialmente, cumpre esclarecer que no período que foi realizada a auditoria no município de Muriaé/MG, a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG não possuía gestão plena e prestadores hospitalares e, na verdade, o contratante era o Estado de Minas Gerais.

Conforme Contrato nº 155/2018 firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo, a regulação dos usuários era de total responsabilidade do Estado de Minas Gerais (contratante) e não do Município de Muriaé, que era mero interveniente do referido contrato.

É inclusive o que está estabelecida na Cláusula Quinta, inciso III e Cláusula Oitava, das obrigações do contratante, incisos II, VII, VIII e IX, que dispõe: "Cláusula Quinta - Na execução do presente instrumento as partes deverão observar as seguintes condições gerais:

Inciso III - O encaminhamento e o atendimento ao usuário serão realizados de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contrarreferência, mediante ciência prévia ao gestor local, respeitando os mecanismos vigentes das centrais de regulação e os regramentos da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), ressalvadas as situações de urgência e emergência.

Cláusula Oitava - Para a consecução o objeto expresso na Cláusula Primeira, competirão, a cada parte, as seguintes obrigações que seguem:

3 - Das obrigações da contratante (Estado de Minas Gerais):

II - Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Contrato, em Nível Central e nas Superintendências /Gerências Regionais de Saúde;

VII - Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde contratados;

VIII - Regular o acesso às ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares da CONTRATADA por meio das Centrais de Regulação e outros fluxos regulatórios pactuados nas instâncias de gestão do SUS e região ampliada de saúde;

IX - Cumprir as regras de alimentação e processamento do Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e da produção das ações e serviços de saúde (SIA e SIHD), além dos demais sistemas de informação estabelecidos pelo gestor no Âmbito da atenção hospitalar e/ou ambulatorial no SUS."

Conforme se depreende do contrato firmado entre Estado de Minas Gerais (contratante) e a Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo (contratado), percebe-se que a responsabilidade de regulação e de alimentação dos sistemas de produção das ações e serviços de saúde era do estado de Minas Gerais e não do Município de Muriaé, que por óbvio, não pode ser penalizado por ter estritamente cumprido as cláusulas contida no contrato firmado.

Pode-se citar, ainda, o contido na página 2 do documento descritivo do contrato nº 155/2018, que não deixa margem para dúvida sobre a responsabilidade de regulação, senão vejamos:

" As atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo CONTRATO (Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo) serão totalmente reguladas pela CONTRATANTE (Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES/MG), a partir da demanda referenciada e/ou espontânea, conforme as normas instituídas pela Política Nacional de Regulação, aprovada por meio de Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017 (Anexo XXVI), assegurando equidade, transparência e priorização de acesso por meio de critérios que avaliem riscos e vulnerabilidades."

Ou seja, o texto supracitado deixa claro que a regulação de todas as atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo contrato no período de vigência do contrato nº 155/2018 era totalmente de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, embasado ainda com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017, que foi utilizada pela equipe de auditoria na missão o relatório preliminar.

Além disso, importante destacar que o Município de Muriaé somente assumiu a gestão plena dos prestadores hospitalares em 01 de março de 2024. Até então, os prestadores hospitalares estavam sob gestão estadual e a referência interestadual, no âmbito do Estado, o que é exatamente que se vislumbra no presente caso.

Ademais, o artigo 11 da Resolução SES/MG nº 8.340/2022 utilizada para relatar suposto desacordo de normas por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG, somente foi publicada em 21 de setembro de 2022. Sendo, assim, a aplicação da referida norma não pode retroagir para prejudicar e impor condições ao auditado, visto que o período de auditoria engloba de março/2020 a dezembro/2023. Sendo assim, nota-se que apenas em setembro/2022 que o Estado de Minas Gerais estabeleceu de fato diretrizes do Sistema Estadual de Regulação Assistencial, ressaltando que nesta



resolução não houve revogação de nenhuma outra norma, o que demonstra que não existia nenhuma norma referente ao tema.

Diante disto, considerando os termos o contrato nº 155/2018, o contido em todas as legislações citadas acima e que na fonte de evidência do Relatório de Auditoria nº748 não consta a análise dos contratos firmados com os prestadores hospitalares, podendo citar o princípio conhecido como Pacta Sunt Servanda, que consagra que o contrato, dentro dos limites legais e da ordem pública, vincula as partes às suas disposições, servindo como Lei entre as partes.

De qualquer forma, conforme atas de reuniões e e-mails que seguem em anexo, a SMS Muriaé enquanto interveniente do contrato desde o ano de 2022 já estava trabalhando na melhoria do fluxo regulatório da linha de ortopedia da Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo, trabalho este que se intensificou assim que tomamos ciência da publicação da Resolução nº 8.340/2022 e da publicação da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.564, de 18 de janeiro de 2024 onde o município de Muriaé assumiria a gestão plena de seus prestadores hospitalares a partir de 01 de março de 2024. Com isso, a regularização desta situação efetivou-se de fato em julho/2023, com a implementação do controle regulatório pela Secretaria Municipal de Saúde.

Diante de todo exposto, conclui-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG cumpriu e vem cumprindo com todas as suas atribuições legais, sendo que desde 01 de março de 2024 quando o município assumiu a gestão plenas dos prestadores hospitalares de Muriaé, conforme as normas estabelecidas pelo SUS e nos contratos vigentes, nos quais agora sim o município é o contratante das ações e serviços de saúde, possuindo responsabilidade direta de regulação dos serviços.

Para comprovação do alegado, encaminhamos as cópias dos seguintes documentos: 1) Cópia do contrato nº 155/2018 (Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo, bem como do documento descritivo anexo ao contrato); 2) cópia da Resolução nº 8.340/2022; 3) Cópias das atas de reuniões e e-mails comprovando as tratativas até a implementação do fluxo regulatório da ortopedia no Hospital São Paulo em julho/2023 e 4) Cópia da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.564, DE 18 DE JANEIRO DE 2024 que aprovou a partir de 01 de março de 2024 a gestão plena dos prestadores hospitalares ao município de Muriaé.

Por fim, requer-se que sejam acolhidas as justificativas referentes a Constatação nº 688157, para que seja considerada em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas antes da emissão do relatório final.

Análise da Justificativa: Considera-se que diante da publicação do Protocolo da traumatologia ortopédica, Portaria nº 113/2024, publicada em 18/10/2024, estabelecendo o fluxo de acesso dos pacientes SUS para realização de procedimentos ortopédicos eletivos no HSP e, conforme já observado in loco, a SMS já comprovava a realização de tratativas para regularização do fluxo regulatório da ortopedia junto ao prestador, HSP, (atas de reuniões e troca de mensagens) que passaria a ser implementado a partir de julho de 2023. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17.947.581/0001-76

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688158

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/Cobranças SUS

Constatação: A SMS não realizou controle e avaliação do acesso e o faturamento referentes às internações nos leitos SUS da UTI da Casa de Saúde Santa Lúcia, no período auditado, conforme prerrogativas do SUS.

Evidência: Foram apresentados relatórios de supervisão hospitalar na CSSL, do período auditado, onde verificou-se ações com foco



na averiguação da alimentação do sistema SUSFácil. Em 66,7% desses relatórios foram apontadas inconsistências entre o quantitativo de leitos de UTI livres/ocupados apurados in loco e o registrado no mapa de leitos do SUS-Fácil, as quais foram atribuídas pelo serviço de Supervisão e Auditoria do município de Muriaé (SMS), a erro na alimentação do sistema, pois os leitos estariam ocupados na instituição, mas informados como livres no sistema SUSFácil. Em 17,7% (1 relatório) houve relato da utilização do Pronto Socorro da instituição como porta de entrada por 1 paciente internado na UTI, sendo o paciente admitido em parada cardiorrespiratória. Tais relatórios não descrevem objetivo/avaliação do fluxo de acesso dos pacientes aos leitos de UTI, incluindo ações de monitoramento e providências junto à instituição, tendo em vista o fluxo regulatório estabelecido pelo município.

Os Relatórios e Atas de reunião da Comissão de Avaliação de Contratos (CAC), que tratam da avaliação do 2º e 3º quadrimestres de 2022, respectivamente, evidenciam o cumprimento da meta referente à Taxa de ocupação da UTI, pela instituição. Entretanto, apontam a necessidade de trabalho de supervisão e auditoria, pela SMS, para garantia do cumprimento do fluxo de atendimento hospitalar.

Em declaração no Termo de Entrevista, a Gestora informa que, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1634 de 18/11/2013, Anexo I, a Casa de Saúde Santa Lúcia não está relacionada no rol dos prestadores como porta de entrada hospitalar de urgência e que nesta condição, o fluxo de acesso aos leitos seria realizado por meio da Central Macro de Regulação. Em consulta ao SUSFácil e ao TabNet, verificou-se que no período de junho a dezembro de 2022, foram aprovadas 102 AIHs para atendimentos em caráter de Urgência na Casa de Saúde Santa Lúcia.

Foram apresentados atos normativos de nomeação dos médicos autorizadores e documentos comprobatórios da formação destes, no período de 2020 a 2024.

Foi apresentado o Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência (RUE) da Microrregião de Muriaé/2021, que caracteriza a CSSL e define seu papel como de retaguarda, para internação em UTI, nos termos da deliberação CIB/SUS-MG nº 1634, de 18/11/2013.

A SMS de Muriaé não apresentou documentação comprobatória do controle e avaliação da produção hospitalar e do faturamento referentes às internações em leitos de UTI/SUS da CSSL, para a população própria e referenciada. Conforme informação do Coordenador do Serviço de Regulação, a Secretaria Municipal de Saúde não possui relatórios de monitoramento da produção hospitalar, pois o município assumiu a gestão dos seus prestadores em março de 2024, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.564 de 18/01/2024, sendo assim, esse era de responsabilidade do Estado, através da GRS/Ubá e, que após a assunção da gestão, não há mais contrato vigente entre a SMS e o referido prestador hospitalar. Tais fatos estão em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, ANEXO III, 4.1, k, n; Resolução SES/MG nº 8.340/2022, Art. 10, § 1º e § 2º, inciso II, Art. 52, Incisos I, III, IV, VI, VII, IX, X e Art. 54; Deliberação CIB-SUS/MG nº 283/2006, Arts. 1 a 3º.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista de Auditoria com a Gestora L.A.A., em 05/06/2024, nas dependências da SMS.

Ofício nº 01/2020 CSSL, de 09/11/2020

Atas de reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Contratos, listas de presença e Relatório de acompanhamento 2021, 2022 e 2023.

Lista dos médicos autorizadores no período de 2020 a 2024, com os respectivos Decretos de nomeação (Decreto Municipal nº 10.617, de 05/08/2021 e Decreto Municipal nº 10.171, de 08/01/2021), cópia das Carteiras do Conselho Regional de Medicina e cópia dos diplomas de médico.

Relatório TABNET/DATASUS das internações na CSSL, em caráter de urgência, no período de Jun-Dez/2022.

Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência da Microrregião de Muriaé/2021.

Relatórios de visita para Inspeção na Casa de Saúde Santa Lúcia de Muriaé, de janeiro a agosto de 2022 e de 21/12/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício Nº 401/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 30/10/2024, a SMS/Muriaé junto aos responsáveis Pessoas Físicas se manifestou da seguinte forma:....Inicialmente, cumpre esclarecer que no período que foi realizada a auditoria no município de Muriaé/MG, a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG não possuía gestão plena e prestadores hospitalares e, na verdade, o contratante era o Estado de Minas Gerais.

Conforme contrato nº 153/2018 firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Casa de Saúde Santa Lúcia, a regulação dos usuários, bem como de faturamento referentes às internações, era de total responsabilidade do Estado de Minas Gerais (contratante) e não do Município de Muriaé, que era mero interveniente do referido contrato.



É inclusive o que está estabelecida na Cláusula Quinta, inciso III e Cláusula Oitava, das obrigações do contratante, incisos II, VII, VIII e IX, que dispõe:

"Cláusula Quinta - Na execução do presente instrumento as partes deverão observar as seguintes condições gerais:

Inciso III - O encaminhamento e o atendimento ao usuário serão realizados de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contrarreferência, mediante ciência prévia ao gestor local, respeitando os mecanismos vigentes das centrais de regulação e os regramentos da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), ressalvadas as situações de urgência e emergência.

Cláusula Oitava - Para a consecução o objeto expresso na Cláusula Primeira, competirão, a cada parte, as seguintes obrigações que seguem:

3 - Das obrigações da contratante (Estado de Minas Gerais):

II - Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Contrato, em Nível Central e nas Superintendências /Gerências Regionais de Saúde;

VII - Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde contratados;

VIII - Regular o acesso às ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares da CONTRATADA por meio das Centrais de Regulação e outros fluxos regulatórios pactuados nas instâncias de gestão do SUS e região ampliada de saúde;

IX - Cumprir as regras de alimentação e processamento do Sistema Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e da produção das ações e serviços de saúde (SIA e SIHD), além dos demais sistemas de informação estabelecidos pelo gestor no Âmbito da atenção hospitalar e/ou ambulatorial no SUS.

X - Apresentar relatórios mensais da glosa técnicas e administrativas os procedimentos ambulatoriais e/ou hospitalares."

Conforme se depreende do contrato firmado entre o Estado de Minas Gerais (contratante) e a Casa de Saúde Santa Lúcia (contratada), percebe-se que a responsabilidade de regulação e de alimentação dos sistemas de produção das ações e serviços de saúde era do Estado de Minas Gerais e não do Município de Muriaé, que por óbvio, não pode ser penalizado por ter estritamente cumprido a cláusulas contidas no contrato firmado.

Pode-se citar, ainda, o contido nos itens II e VIII.A do documento descritivo do contrato nº 153/2018, que não deixa margem para dúvida sobre a responsabilidade de regulação e faturamento, senão vejamos:

- Item II - As atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo CONTRATO (Casa de Saúde Santa Lúcia) serão totalmente reguladas pela CONTRATANTE (Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais -SES/MG), a partir da demanda referenciada e/ou espontânea, conforme as normas instituídas pela Política Nacional de Regulação, aprovada por meio de Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017 (Anexo XXVI), assegurando equidade, transparência e priorização de acesso por meio de critérios que avaliem ricos e vulnerabilidades.

Item VIII.A - O acompanhamento quantitativo financeiro terá como fonte de dados as bases oficiais de produção do Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIHD) a partir da apuração aprovada na média complexidade.

Ou seja, os textos supracitados deixam claro que a regulação de todas as atividades assistenciais desenvolvidas e ofertadas pelo contrato no período de vigência do contrato nº 155/2018 era totalmente de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, embasado ainda com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017, que foi utilizada pela equipe de auditoria na emissão do relatório preliminar. Da mesma forma, conforme já citado acima na Cláusula Oitava o contrato, a questão relativa a alimentação e processamento dos sistemas das produções das ações e serviços de saúde (SIHD e SIA) também era de responsabilidade do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Saúde, que era quem tinha acesso aos sistemas para conferência, bem como para efetuar as glosas técnicas e administrativas caso necessário, para posterior emissão do faturamento.

Além disso, importante destacar que o Município de Muriaé somente assumiu a gestão plena dos prestadores hospitalares em 01 de março de 2024. Até então, os prestadores hospitalares estavam sob gestão estadual. Nesse sentido, de acordo com o artigo 9º, inciso I, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017, cabe a gestão e a gerência da Secretaria de Estado de Saúde regular o acesso às unidades de saúde sob gestão estadual e a referência interestadual, no âmbito do Estado, que é exatamente o que se vislumbra no presente caso.

Ademais, o próprio artigo 10 da Resolução SES/MG nº 8.340/2022 utilizada para relatar suposto desacordo de normas por parte da secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG, indica que a regulação no fluxo de Urgência e emergência o SUS-Fácil é de competência da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, vejamos:



"Art. 10 - Art. 10 - O Sistema Estadual de Regulação Assistencial no fluxo de Urgência e Emergência é de competência da Secretaria de Estado de Saúde (SES), operacionalizado por meio das CRRAs, que têm a função de regular as solicitações de transferência/ internação para casos de urgência e emergência do SUS.

§ 1º - No âmbito do Sistema Estadual de Regulação Assistencial, a CRRAs tem a função de zelar pelo pleno exercício do processo regulatório, qualificado pela análise e encaminhamento das solicitações de internação/transferência hospitalar de urgência e emergência."

Diante disto, considerando os termos do contrato nº 153/2018, o contido em todas as legislações citadas acima e que na fonte de evidência do Relatório de Auditoria nº 748 não consta a análise dos contratos firmados com os prestadores hospitalares, podemos citar o princípio conhecido como Pacta Sun Servanda, que consagra que o contrato, dentro dos limites legais a ordem pública, vincula as partes às suas disposições, servindo como Lei entre as partes.

Sendo assim, com a devida vênia, entendemos que houve um equívoco na interpretação feita pela equipe de auditoria quanto a não conformidade apontada com relação a Casa de Saúde Santa Lúcia.

Conforme o ofício nº 01/2020 emitido pela própria Casa de Saúde Santa Lúcia e Deliberação CIB-SUS nº 1.634/2013, existiam 04 (quatro) leitos de UTI SUS para admissão de pacientes regulados via SUS-Fácil. Sendo assim, o contrato nº 153/2018 vigente à época dos fatos era exclusivo para serviços hospitalares, portanto, o prestador hospitalar apenas recebia pacientes provenientes de transferência do SUS-Fácil, onde a regulação é macrorregional e que o Município de Muriaé não tem qualquer poder de ingerência sobre essa regulação, não podendo, portanto, ser alegado que era de competência o município fazer a regulação desses pacientes, visto que não existia porta aberta para a Rede de Urgência e Emergência - RUE. Insta salientar, que inclusive é o que consta no documento norteador da Rede de Urgência e Emergência - RUE do município de Muriaé do ano de 2021 que segue em anexo.

Não obstante, em 28 de dezembro de 2023 foram publicados todos os novos contratos com os prestadores hospitalares conveniados SUS, sendo que a Casa de Saúde Santa Lúcia não teve o contrato renovado, por isso, do momento da realização da auditoria até a presente data, sequer faz parte da rede pública de saúde do município.

Diante de todo exposto, conclui-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG cumpriu e vem cumprindo com todas as suas atribuições legais, sendo que desde 01 de março de 2024 quando o município assumiu a gestão plenas dos prestadores hospitalares, está realizando toda a regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares de Muriaé conveniado SUS, conforme as normas estabelecidas pelo Sistema Único e Saúde e nos contratos vigentes, nos quais agora sim o município é o contratante das ações e serviços de saúde, possuindo responsabilidade direta de regulação dos serviços e consequentemente de faturamento.

Para comprovação do alegado, encaminhamos as cópias dos seguintes documentos: 1) Cópia do contrato nº 153/2018 (Casa de Saúde Santa Lúcia, bem como do documento descritivo anexo ao contrato; 2) Cópia do ofício nº 01/2020 oriundo da Casa de Saúde Santa Lúcia, relatando que a instituição admitia apenas pacientes via SUS-Fácil; 3) Cópia da Resolução SES/MG nº 8.340/2022; 4) Cópia do Documento Norteador da Rede de Urgência e Emergência da Microrregião de Muriaé (ano 2021); 5) Cópia da deliberação CIB-SUS Nº 4.564, DE 18 DE JANEIRO DE 2024 que aprovou a assunção da gestão plena a partir de 01 de março de 2024 e 6) Cópia da Deliberação CIB-SUS Nº 1.634, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013, que demonstra que a Casa de Saúde Santa Lúcia tinha somente 04 (quatro) leitos de UTI SUS credenciados e somente atendia essa finalidade.

Por fim, requer-se que sejam acolhidas as justificativas referentes a Constatação nº 688158, para que seja considerada em conformidade com a legislação vigente, visto que todas as possíveis irregularidades foram justificadas e sanadas antes da emissão do relatório final.

Análise da Justificativa: O auditado, juntamente com os responsáveis Pessoas Físicas, em todo corpo de sua manifestação eximiu da SMS a responsabilidade pela regulação de acesso e pelo faturamento referentes às internações dos usuários do SUS, considerando ser de total responsabilidade da SES/MG esta competência. No entanto, conforme a legislação vigente do SUS e o contrato celebrado entre a SES/MG e a CSSL, onde a SMS atua como interveniente, são responsabilidades sanitárias relacionadas à gestão dos leitos hospitalares, no âmbito do SUS/MG para os municípios intervenientes:

I - realizar a fiscalização da ocupação dos leitos hospitalares das instituições prestadoras de assistência ao SUS, das quais é interveniente e, em caso de identificação de inconsistências observadas entre a ocupação real e as informações lançadas pela instituição no mapa de leito do SUS- Fácil/MG ou sistema que vier a substituí-lo, deverá ser determinado a atualização imediata da ferramenta estadual de regulação e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



comunicação com a CRRRA adscrita em seu território;

II - acompanhar, monitorar e apresentar as medidas cabíveis para restabelecimento dos recursos assistenciais mencionados no Art. 49 da Resolução SES/MG nº 8340/2022 (Art. 49 - Cabe ao Diretor Técnico do estabelecimento de saúde de destino oficial para a Secretaria Municipal de Saúde, para a Unidade Regional de Saúde e para a Central Regional de Regulação Assistencial (CRRRA) adscrita em seu território: I - as ausências temporárias de profissionais médicos que possam impactar e/ou interromper o acesso ao serviço solicitado, com planejamento do restabelecimento do quadro funcional, zelando para que não haja lacunas durante as 24 (vinte e quatro) horas de funcionamento do estabelecimento, de acordo com regramento da Resolução do Conselho Regional e Federal de Medicina vigente; II - a indisponibilidade temporária de recurso assistencial que possa ocasionar a interrupção do atendimento, com planejamento de restabelecimento da disponibilidade do recurso; e III - a indisponibilidade do leito hospitalar, com planejamento de restabelecimento da disponibilidade do mesmo).

III - promover ações junto ao contratante para garantir que as instituições de saúde utilizem o SUS- Fácil/MG ou sistema que vier a substituí-lo, com operadores nas 24 horas do dia, sete dias por semana;

IV - monitorar e garantir que as instituições mantenham a atualização adequada do mapa de leitos do SUS- Fácil/MG ou sistema que vier a substituí-lo, condizente com a realidade das ocupações e altas hospitalares dos estabelecimentos; e

V - colaborar na identificação junto aos prestadores hospitalares e pré-hospitalares a necessidade de promover capacitações para operadores de sistema (teledigitadores) referente ao SUS- Fácil/MG ou sistema que vier a substituí-lo, no módulo de Urgência e Emergência e buscar os meios para efetivação destas junto à CRRRA de seu território (Resolução SES/MG nº 8.340/ 2022, Art. 54).

- Fiscalizar, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, as ações relativas à execução deste Contrato; dispor de serviço de controle e avaliação municipal para a devida autorização de procedimentos; regular a demanda/oferta de internações, consultas e exames especializados, por meio do Setor de Controle e Avaliação (Contrato nº 153/2018, celebrado entre o EMG/SES/SUS-MG e a Casa de Saúde Santa Lúcia, IV e DAS OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE, incisos II, IX e X).

Ressalta-se, ainda, que, conforme Relatório do SCNES, até fevereiro/2023, a Casa de Saúde Santa Lúcia contava com 04 leitos de UTI adulto, 02 leitos de clínica cirúrgica e 02 leitos de clínica médica disponíveis ao SUS, permanecendo cadastrados, até a atualidade (dezembro/2024), 04 leitos SUS de UTI adulto.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17 947.581/0001-76

Recomendação: Recomenda-se, à SMS de Muriaé, que realize, de forma sistemática, junto aos seus prestadores de serviços, as ações de controle e avaliação do acesso e do faturamento, conforme prerrogativas do SUS.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE	17 947.581/0001-76

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 19/08/2024

Ofício Nº: 4492024

Data: 19/08/2024



VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 449/2024, de 19/08/2024, para a Secretaria Municipal de Saúde, recebido em 11/09/2024, conforme AR nº BR 97715475 9 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 450/2024, de 19/08/2024, para a Srª. L.A.A., (Pessoa Física), recebido em 11/09/2024, conforme AR nº BR 97715474 5 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 451/2024, de 19/08/2024, para o Sr. M.G.O. (Pessoa Física), recebido em 11/09/2024, conforme AR nº BR 97715472 8 BR e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 452/2024, de 19/08/2024, para o Sr. P.C.O. (Pessoa Física), recebido em 11/09/2024, conforme AR nº BR 97715473 1 BR.

Por meio do Ofício nº 342/2024 SMS/ADJ/PMM, datado de 12/09/2024, a SMS/Muriaé, juntamente com os responsáveis Pessoas Físicas, solicita dilação de prazo para apresentação de manifestação ao Relatório Preliminar de Auditoria.

Por meio do Ofício SES/URSJO-ARAS-SUS/MG nº. 2/2024, encaminhado por E-mail - 97531073, datado de 18/09/2024, foi concedida dilação de prazo para apresentação de recurso.

A Secretaria Municipal de Saúde/Muriaé e os responsáveis Pessoas Físicas, Sr. M.G.O. e Sr. P.C.O., encaminharam manifestação conjunta para todas as constatações não conformes referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria, em 30/10/2024, que foram avaliadas pela equipe de auditoria.

VIII - CONCLUSÃO

Para as constatações não conformes registradas pela equipe de auditoria, foi apresentada manifestação referente a inconformidade da regulação dos usuários com as normas do SUS, a inexistência de protocolos de regulação de acesso dos usuários aos prestadores hospitalares assim como para o atendimento da ortopedia, a autorização de procedimentos ortopédicos eletivos fora do fluxo pactuado e a não realização de controle e avaliação do acesso e o do faturamento das internações nos leitos SUS da UTI da Casa de Saúde Santa Lúcia. Foram apresentadas justificativas suficientes para afastar as não conformidades referentes à inexistência de protocolos para regulação de acesso dos usuários do SUS aos prestadores hospitalares, residentes e não residentes em Muriaé, assim como o protocolo regulação para atendimento em ortopedia, com a apresentação dos mesmos, formalizados por meio de publicação em Diário Oficial dos Municípios de MG. A equipe de auditoria concluiu pela manutenção das constatações referentes a regulação do acesso dos usuários aos prestadores hospitalares e não realização de controle e avaliação do acesso e do faturamento de internações em UTI, conforme prerrogativas do SUS. Foram feitas recomendações, em atenção à legislação vigente; com vistas à estruturação e organização do Setor de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé, para melhoria de seus controles internos e acesso aos serviços hospitalares pelos usuários.

Diante do exposto, consideramos que foram demonstradas pela SMS/Muriaé a implementação parcial de ações para sanar as não conformidades identificadas nesta auditoria.

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 748 para a Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé para conhecimento e interposição de recurso em 2ª instância:

- 1- Ofício de Aplicação de Penalidades para a Secretaria Municipal de Saúde
- 2- Ofício de Notificação a Srª L.A.A.
- 3- Ofício de Notificação ao Sr. M.G.O.
- 4- Ofício de Notificação ao Sr. P.C.O.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, será dado ciência dos resultados de auditoria:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Muriaé
2. À Gerência Regional de Saúde de Ubá



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



IX - ANEXOS

ANEXO I

PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS REALIZADOS NO HOSPITAL SÃO PAULO					
	Nº AIH	Período Internação	Caráter atendimento	Município residência	Município pactuado?
49	312110191226-9	23/12/21 a 24/12/21	ELETIVO	ROSARIO DA LIMEIRA	Sim
50	312210030496-0	19/01/22 a 21/01/22	ELETIVO	PATROCÍNIO DO MURIAE	Sim
51	312210030576-3	07/02/22 a 11/02/22	ELETIVO	UBA	Sim
52	312210022002-0	09/02/22 a 10/02/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
53	312210022101-0	09/02/22 a 10/02/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
54	312210025573-6	16/02/22 a 18/02/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
55	312210038218-0	25/02/22 a 28/02/22	ELETIVO	UBA	Sim
56	312210038921-0	22/02/22 a 25/02/22	ELETIVO	UBA	Sim
57	312210045218-5	23/02/22 a 26/02/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
58	312210055819-2	14/04/22 a 15/04/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
59	312210063275-0	28/04/22 a 02/05/22	ELETIVO	RECREIO	Sim
60	312210071286-3	12/05/22 a 15/05/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
61	312210078217-4	25/05/22 a 26/05/22	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
62	312210085713-9	07/06/22 a 08/06/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
63	312210088717-0	13/06/22 a 14/06/22	ELETIVO	PATROCÍNIO DO MURIAE	Sim
64	312210090776-9	28/06/22 a 29/06/22	ELETIVO	SANTANA DE CATAGUASES	Sim
65	312210108612-6	19/07/22 a 20/07/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
66	312210112726-6	27/07/22 a 30/07/22	ELETIVO	MURIAE	Sim
67	312210116541-4	03/08/22 a 04/08/22	ELETIVO	DIVINO	Sim
68	312210132126-2	01/09/22 a 08/09/22	ELETIVO	ESPERA FELIZ	Sim
69	312210146964-1	29/09/22 a 30/09/22	ELETIVO	ERVALIA	Sim
70	312210158258-9	20/10/22 a 25/10/22	ELETIVO	MANHUAÇU	Sim
71	312210162369-6	28/10/22 a 30/10/22	ELETIVO	UBA	Sim
72	312210169905-7	14/11/22 a 17/11/22	ELETIVO	PEDRA DO ANTA	Sim
73	312310011266-0	24/01/23 a 26/01/23	ELETIVO	BARAO DO MONTE ALTO	Sim
74	312310011657-6	25/01/23 a 26/01/23	ELETIVO	EUGENOPOLIS	Sim
75	312310014511-0	30/01/23 a 03/02/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
76	312310033192-2	15/02/23 a 17/02/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
77	312310030526-0	01/03/23 a 02/03/23	ELETIVO	SÃO SEBASTIAO DA VARGEM	Sim
78	312310038324-9	15/03/23 a 16/03/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
79	312310038469-0	15/03/23 a 16/03/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
80	312310046450-6	29/03/23 a 30/03/23	ELETIVO	BARAO DO MONTE ALTO	Sim
81	312310047609-0	31/03/23 a 01/04/23	ELETIVO	MIRAI	Sim
82	312310047611-1	31/03/23 a 01/04/23	ELETIVO	MIRAI	Sim
83	312310061155-4	26/04/23 a 27/04/23	ELETIVO	MIRAI	Sim
84	312310061468-9	27/04/23 a 28/04/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
85	31231007992-1	16/06/23 a 17/06/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
86	312310093375-5	27/06/23 a 28/06/23	ELETIVO	BARAO DO MONTE ALTO	Sim
87	312310099050-4	07/07/23 a 08/07/23	ELETIVO	RODEIRO	Sim
88	31231012347-3	23/08/23 a 24/08/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
89	312310123346-1	25/08/23 a 26/08/23	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
90	312310137044-4	22/09/23 a 23/09/23	ELETIVO	MURIAE	Sim
91	312310159817-7	10/11/23 a 11/11/23	ELETIVO	SIMONIA	Sim
92	312310168426-3	28/11/23 a 29/11/23	ELETIVO	ROSARIO DA LIMEIRA	Sim
93	312310178118-4	18/12/23 a 19/12/23	ELETIVO	CATAGUASES	Sim
94	312310087455-3	15/06/23 a 17/06/23	ELETIVO	ORIZANIA	Sim
95	312310121154-9	28/08/23 a 01/09/23	ELETIVO	MURIAE	Sim

FONTE: Espelhos de AIH

ANEXO I

PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS REALIZADOS NO HOSPITAL SÃO PAULO					
	Nº AIH	Período Internação	Caráter atendimento	Município residência	Município pactuado?
1	311910234012-3	05/12/19 a 07/12/19	ELETIVO	MURIAE	Sim
2	311910234018-9	11/12/19 a 14/12/19	ELETIVO	MURIAE	Sim
3	311910237923-9	11/12/19 a 14/12/19	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
4	312010021077-7	04/02/20 a 06/02/20	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
5	312010021635-4	09/02/20 a 08/02/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
6	312010025908-9	12/02/20 a 14/02/20	ELETIVO	VIEIRAS	Sim
7	312010030556-4	19/02/20 a 22/02/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
8	312010037490-8	02/03/20 a 05/03/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
9	312010038228-9	03/03/20 a 04/03/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
10	312010039357-4	04/03/20 a 07/03/20	ELETIVO	MIRAI	Sim
11	312010041050-4	08/03/20 a 10/03/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
12	312010043117-3	10/03/20 a 11/03/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
13	312010043118-4	10/03/20 a 13/03/20	ELETIVO	ROSARIO DA LIMEIRA	Sim
14	312010045783-7	15/03/20 a 20/03/20	ELETIVO	UBA	Sim
15	312010046862-8	16/03/20 a 20/03/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
16	312010046864-0	16/03/20 a 19/03/20	ELETIVO	SÃO FRANCISCO DO GLORIA	Sim
17	312010048319-2	18/03/20 a 21/03/20	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
18	312010048540-3	18/03/20 a 21/03/20	ELETIVO	PATROCÍNIO DO MURIAE	Sim
19	312010069873-7	05/05/20 a 07/05/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
20	312010078447-3	24/05/20 a 27/05/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
21	31201012680-7	01/09/20 a 02/09/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
22	312010126867-0	01/09/20 a 03/09/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
23	312010134760-5	17/09/20 a 18/09/20	ELETIVO	MIRAI	Sim
24	312010138990-2	24/09/20 a 25/09/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
25	312010138718-3	25/09/20 a 26/09/20	ELETIVO	MIRAI	Sim
26	312010140346-5	29/09/20 a 30/09/20	ELETIVO	LEOPOLDINA	Sim
27	312010141955-8	29/09/20 a 30/09/20	ELETIVO	ROSARIO DA LIMEIRA	Sim
28	312010149246-4	15/10/20 a 16/10/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
29	312010157883-6	02/11/20 a 09/11/20	ELETIVO	CATAGUASES	Sim
30	312010169839-5	23/11/20 a 27/11/20	ELETIVO	MURIAE	Sim
31	312110017833-9	08/02/21 a 09/02/21	ELETIVO	PATROCÍNIO DO MURIAE	Sim
32	312110019536-0	11/02/21 a 12/02/21	ELETIVO	DIVINO	Sim
33	312110022318-8	17/02/21 a 19/02/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
34	312110034919-1	12/02/21 a 13/02/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
35	312110036671-4	15/03/21 a 17/03/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
36	312010041664-2	09/03/21 a 11/03/21	ELETIVO	MIRADOURO	Sim
37	312110017833-9	08/02/21 a 09/02/21	ELETIVO	PATROCÍNIO DO MURIAE	Sim
38	312110102809-0	14/07/21 a 15/07/21	ELETIVO	MIRAI	Sim
39	312110116924-1	09/08/21 a 13/08/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
40	312110120831-3	16/08/21 a 20/08/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
41	312110123109-4	20/08/21 a 21/08/21	ELETIVO	ASTOLFO DUTRA	Sim
42	312110124548-8	23/08/21 a 27/08/21	ELETIVO	EUGENOPOLIS	Sim
43	312110124555-9	28/08/21 a 25/08/21	ELETIVO	RECREIO	Sim
44	312110135465-7	13/09/21 a 17/09/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
45	312110163415-6	04/11/21 a 05/11/21	ELETIVO	DIVINO	Sim
46	312110165767-4	08/11/21 a 11/11/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
47	312110181290-6	06/12/21 a 10/12/21	ELETIVO	MURIAE	Sim
48	312110183735-9	10/12/21 a 11/12/21	ELETIVO	ALEM PARAIBA	Sim